

A EDUCAÇÃO BÁSICA COMO PASSAPORTE OU IMPEDIMENTO PARA O ACESSO À UNIVERSIDADE

Caroline Martins de Araújo Santos¹

Natália Alves Guimarães²

Sonia de Alcantara Gouveia³

Resumo

O artigo tem como foco o cenário da Educação Básica no Brasil abordando questões e reflexões acerca da estrutura da mesma, buscando explicitar se essa formação fornece uma base ao educando, impulsionando-o para a Universidade, ou se deixa falhas que o impedem de acessar o Ensino Superior. O artigo teve uma abordagem qualitativa utilizando a pesquisa bibliográfica e tendo como principais autores para embasamento teórico, Babette Harper, José Carlos Libâneo e Pierre Bourdieu, além da análise do Documentário *Nunca Me Sonharam*. Nessa perspectiva, ao analisar a Educação Básica, o artigo indica as problemáticas e perspectivas de melhorias tanto da política quando da gestão educacional.

Palavras-chave: Educação Básica. Universidade. Desigualdade Social. Políticas Públicas.

BASIC EDUCATION AS A PASSPORT OR IMPEDIMENT FOR ACCESS TO UNIVERSITY

Abstract

The following article addresses the scenario of Primary Education in Brazil by addressing questions and reflections about its structure, seeking to explain if this graduation either provides a base to the learner who seeks a University qualification or fails and consequently prevents access to University. Therefore, our paper had a qualitative approach by doing bibliographical research. The authors for the theoretical background were Babette Harper, José Carlos Libane, Pierre Bourdieu, and as a secondary source, the Documentary *Never Dreamed Me*. From this perspective, when

¹Graduada em Pedagogia pelo UGB/FERP

²Graduada em Pedagogia pelo UGB/FERP

³Mestra em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis.

analyzing Primary Education, the article indicates the problems and prospects for improvements in educational policy and management.

Keywords: Primary Education. University. Social Inequality. Public Policies.

Introdução

O presente artigo tem como ponto de partida as inquietações quanto à compreensão da educação básica do ensino público e sua estrutura. Justifica-se pela necessidade de refletir se o ensino público é ou não um fator de manutenção da desigualdade social em nosso país.

É imprescindível para nós que desempenhamos um papel no campo educacional, a percepção do poder que está em nossas mãos, e como usaremos a educação como ferramenta emancipadora, e não como um instrumento de alienação, pois segundo Harper et al., (1985) existe na escola uma divisão em que: um grupo vai continuar estudando até alcançar a universidade, prolongando assim seus estudos, enquanto outro grupo irá seguir formações mais breves para escolas técnicas e semelhantes, por não terem notas consideradas boas para assim ingressar no mercado de trabalho. (HARPER et al., 1985, p. 53).

Segundo Silva (2007, p. 8) nas redes públicas da Educação Básica, os maiores problemas estão relacionados à falta de estrutura e investimento baixos salários; pouco investimento na formação continuada dos mestres; poucos recursos dos cofres públicos destinados para a educação ou má distribuição dos mesmos; salas de aula superlotadas; pouco investimento na construção de novas escolas; deficiências nas bibliotecas; e em outros aspectos que dão suporte à educação. Para Libâneo (2007, p. 148) a análise de que a escola privada é superior à pública não se sustenta, porque não há homogeneidade em nenhuma das redes, há boas e más escolas em ambas.

O presente artigo se inicia com um resgate histórico acerca da educação básica pública e sua definição no contexto atual buscando refletir se a mesma é um

passaporte ou um impedimento para que o aluno ingresse na universidade. Abordaremos o histórico educacional da Universidade bem como suas mudanças até o cenário atual. A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, utilizando-se a pesquisa bibliográfica, numa perspectiva exploratória e análise do documentário *Nunca me sonharam* (RHODEN et. al 2017) que mostra como está o cenário educacional no Brasil.

Ampliando a compreensão de educação básica

De acordo com o Ministério da Educação, a Educação Básica é o primeiro nível educacional no Brasil, que é subdividido em três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. O objetivo desse primeiro nível de ensino é fornecer meios para que os estudantes avancem nos estudos posteriores, sejam eles no ensino superior ou em outras modalidades. Este primeiro nível de ensino é norteado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pelo congresso em 26 de junho de 2014. (Ministério da Educação).

No presente momento, também na Educação Básica foi instaurado um documento normativo denominado Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que define um conjunto de conhecimentos orgânicos e progressivos e competências essenciais que devem ser desenvolvidos nos educandos. Este documento busca um alinhamento do nível educacional. A BNCC traz a referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares (BRASIL, Ministério da Educação, 1996, p. 7 e 8)

A educação nitidamente era segregada em nossa estrutura social e econômica. Desde a nossa colonização, um grupo pequeno detinha alto poder monetário, assim, a elite obtinha o privilégio de estudar. Quanto aos demais, restava o trabalho, que era

árduo, repetitivo, alienante e desumanizante. Com as vitórias populares, reduziu-se o abismo da desigualdade estudantil. De acordo com Bourdieu:

Justamente porque os mecanismos de eliminação agem durante todo o cursus, é legítimo aprender os efeitos desses mecanismos nos graus mais elevados da carreira escolar. Ora, vê-se nas oportunidades de acesso ao ensino superior o resultado de uma seleção direta ou indireta que, ao longo da escolaridade, pesa com rigor desigual sobre os sujeitos das diferentes classes sociais. (BOURDIEU, 1998, p.41)

Esta divisão histórica da educação para nobres e população geral é algo enraizado em nossa estrutura social e educacional, onde dentro de uma escola ocorre a diferenciação de alunos: uma parcela privilegiada progride mais do que os alunos desfavorecidos economicamente. Historicamente segundo Libâneo (2007, p. 143), durante o Estado Novo foi oficializado o dualismo educacional, onde o ensino secundário era somente para a elite, e o ensino profissionalizando que visava apenas o preparo para o mercado de trabalho, para as classes populares. As leis orgânicas ditadas nesse período tornaram o ensino antidemocrático, dificultando o acesso das classes populares não só ao ensino primário, mas também ao nível médio e superior. (LIBÂNEO, 2007, p. 143)

Podemos ver que por mais que a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) venha trazer esse nivelamento educacional, grande parte das escolas são conteudistas em sua práxis educacional, sem uma representação da utilidade daquele conteúdo, sem um significado para a vida do aluno, ou seja, sem metodologias efetivamente adequadas. Isso faz com que o aluno se transforme em uma espécie de “depósito” de conteúdo, o que proporciona a desmotivação. Segundo HARPER, é necessário que se reconheça que este conteúdo robótico da maioria das lições escolares, é uma das causas do desinteresse por parte dos alunos. (HARPER et al., 1985, p. 53).

Como a educação básica pode ser um impedimento para o acesso à universidade?

Quando a Educação é relacionada somente ao mercado de trabalho, sendo entendida apenas como um mecanismo de inserir o indivíduo no mercado de trabalho, ela mecaniza o indivíduo, pois segundo Libâneo (2007, p. 144) o golpe de 1964 atrelou a educação ao mercado de trabalho, incentivando a profissionalização na escola média, a fim de conter aspirações ao ensino superior.

Ou seja, este impedimento que vemos na realidade educacional, é um obstáculo que não encaminha o aluno para um patamar social superior e sim que mantém cada aluno em seu suposto lugar social, agindo como instrumento de segregação. Ou seja, alunos pertencentes às classes socioeconômicas mais baixas são desfavorecidos, enquanto os alunos de classes socioeconômicas mais alta são favorecidos, obtendo o êxito escolar. No documentário *Nunca me Sonharam* (RHODEN et. al., 2017), o Professor Odimar do Carmo Melo relata que a sociedade está se modificando e a escola não está conseguindo acompanhar, outro professor relata que o conteúdo é pouco discutido e, em grande parte, não são mais conteúdos relevantes para o conhecimento da humanidade na atualidade. Ou seja, fazem com que o jovem não tenha o interesse pelo estudo, julgando-se inútil. (RHODEN et. al., 2017).

A falta de interesse do Estado em tratar a dificuldade do acesso e permanência à universidade as classes menos favorecidas, a falta de investimento e os baixos salários para os professores fazem parte do nosso cotidiano e se constituem num resultado de escolhas políticas realizadas pelos governos anteriores ou até mesmo atuais.

Como a educação básica pode ser um passaporte para o acesso à universidade?

A Educação básica para ser um passaporte para a universidade, deve transportar o estudante para além da sua realidade social. A instituição deve preparar os estudantes para ingressar no mercado de trabalho, independente de sua origem socioeconômica, fornecendo a todos oportunidades igualmente justas de se

desenvolverem como profissionais e pesquisadores, através de um ambiente democrático tanto em recursos quanto estrutura.

De acordo com Harper et al. (1985 p. 76), *“As crianças já chegam à escola portadores de desigualdades, tratá-los em pé de igualdade significa não apenas manter a desigualdade, mas até aumentá-la”*. No documentário *Nunca me Sonharam* (RHODEN et. al 2017) utilizado como embasamento teórico, a aluna Ana Karoline de Melo, relata que a Educação é uma chave libertadora, que quando você abre as portas com esta chave, você entende o porquê das coisas, se torna mais crítico. Os demais alunos relatam que querem ser alguém na vida, ou seja, querem conseguir empregos e estudos melhores que seus pais, querem ingressar na universidade. Diante da realidade, com base na fala desta aluna, podemos ver que a Educação, certamente, possui o potencial de ampliar os horizontes destes alunos fazendo-os alcançar níveis superiores.

Conhecendo a história da universidade

Segundo o Ministério da Educação, as universidades são caracterizadas pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. São centros universitários e instituições de ensino superior pluriculturais, abrangendo diversas áreas do conhecimento, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar. Os centros universitários credenciados têm autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior.

A Universidade em um contexto social desigual deve comprometer-se com o conhecimento e o desenvolvimento científico e humano. As universidades brasileiras foram criadas no início do século XX, de um modo restrito, para um seletivo grupo de integrantes da corte portuguesa, ou seja, os nobres. A companhia de Jesus, contribuiu

exponencialmente para a criação da primeira Universidade, pois eram eles que cuidavam da “educação primária ou básica” na época.

Somente em 1915, já na República, o governo reuniu escolas politécnicas, faculdades de direito e de medicina da então capital brasileira na Universidade do Rio de Janeiro, considerada a primeira instituição de ensino superior do País. Com o governo Vargas, há uma tentativa de mudança do modelo estabelecido. É decretado o estatuto das universidades, embora ainda não houvesse, a intenção de prover uma educação para todos. No final de década de 50, ocorre a federalização das universidades que se inicia na Era Vargas, mas tem seu ponto referencial alguns anos depois, já no governo Dutra, que aliado a uma política de expansão e equivalência do ensino secundário ocasiona um grande aumento da oferta do ensino público. Nas décadas 60 e 70 período em que a ditadura militar era forma de governo, houve uma reforma universitária que além de criar efetivamente a instituição universitária no Brasil, incentivou a criação cada vez maior das universidades privadas, seguindo o modelo norte americano de educação. Controversamente foi nesse momento, que a universidade sofre seu maior impulso de nossa história, a despeito de todo autoritarismo e repressão da época. (OLIVEN, 2007, p 2)

O interesse predominante era de formar a elite do Brasil Colônia que só existia alguns cursos superiores, no geral literários e retóricos, principalmente ligados à formação de sacerdotes; a maior parte dos jovens completava sua formação na cidade. Com a chegada da corte portuguesa, passaram a se pluralizar mais os profissionais considerados necessários para a elite assumir posições de relevância.

Nos moldes aos quais foram implantadas as instituições de ensino superior, pode-se observar que não havia um plano para a educação, e as instituições foram criadas para atender a elite aristocrática. O acesso era algo excludente e pertencente apenas à classe dominante vigente. A educação universitária era um artigo de luxo ao qual poucos detinham acesso. Para Martins apud Cunha

A proclamação da república em 1889, o ensino superior desenvolveu-se muito lentamente, seguia o modelo de formação dos profissionais liberais em faculdades isoladas, e visava assegurar um diploma profissional com direito a ocupar postos privilegiados em um mercado de trabalho restrito além de garantir prestígio social. (MARTINS apud CUNHA, 2002)

Como tem sido o acesso à universidade?

De acordo com Carmo et. al. (2015, p. 18), no século XXI houve uma crescente procura pelo Ensino Superior, pela exigência de melhor qualificação para o mercado de trabalho. Foi então que o governo buscou democratizar o ensino superior, criando programas para incentivo ao acesso e permanência na Universidade Federal ou particular.

De antemão, para participar de um dos programas, é necessário que o aluno participe do Exame nacional do Ensino médio (ENEM) que surgiu em 1988 para garantir o acesso dos alunos da escola pública à universidade (CARMO et. al., 2015, p. 19).

Ainda cabe destacar aqui a criação do Sistema de Seleção Unificada – Sisu, um programa informatizado de classificação dos candidatos para as instituições públicas de ensino superior que oferecem vagas aos participantes do Enem.

O Prouni, cujo acesso ocorre através da realização do Enem, foi criado em 2004 para conceder bolsas de estudos em instituições privadas para estudantes carentes. Para se candidatar ao Prouni é preciso ter participado do Enem e alcançado uma pontuação mínima estabelecida pelo programa.

A Bolsa-Permanência para atender aos alunos matriculados em cursos em tempo integral e bolsistas integrais do Prouni, uma ajuda de custo para as despesas com transporte e alimentação. (CARMO et. al, 2015, p. 19)

De acordo com as teorias de Franco (1985, p.13), acesso à universidade já é algo seletivo, pois por mais que existam programas criados pelo governo para inserir

esses alunos advindos da escola pública na universidade. O processo em si já exclui parte da população de ingressar na universidade, uma vez que examina através de uma prova, o nível educacional do aluno, que pode ou não atingir a pontuação necessária, dependendo dentre outros fatores, do seu preparo no nível básico de educação, que em muitas vezes, é deficiente. (FRANCO, 1985, p.13).

A construção social da escola

Para dar ênfase a este tópico, utilizamos o documentário *Nunca me sonharam* (RHODEN et. al., 2017), que traça um panorama das escolas de nível médio do Brasil sob os diferentes pontos de vista, abordando principalmente o ponto de vista dos alunos. Este documentário vem refletir sobre o valor da educação e os desafios atuais, além das expectativas para o futuro somadas aos sonhos de quem vive a realidade do Ensino Médio nas escolas públicas do Brasil. Segundo o documentário, a escola contemporânea pública, é um espaço que não estimula a emancipação e o protagonismo do aluno nesse ambiente. A escola funciona como um depósito de alunos, que se sentem vazios com a trajetória que está sendo traçada nas instituições. As dúvidas desses alunos são muitas; sobre si mesmos, sobre como vão conseguir alcançar o que almejam, como serão quando forem adultos, e sobre como sonhar. Como a escola vai ajudá-los a alcançarem isso?

Os alunos dessas escolas e regiões tentam sonhar algo, tentam almejar algo, porém eles se sentem inseguros em relação aos seus objetivos, na maioria das vezes a condição socioeconômica desses alunos os prendem a uma realidade mantida pelo Status Quo. A escola nesse cenário não revela seu papel de levar o aluno além das barreiras econômicas.

É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural. (BOURDIEU, 1998, p. 41)

Para a assistente social entrevistada no documentário (RHODEN, et. al 2017) a escola perde o aluno para o crime organizado, perdendo a oportunidade de transforma-lo enquanto o mesmo se encontra no âmbito escolar. Os alunos não veem sentido no que estão aprendendo, na maioria das vezes o conhecimento adquirido não possui nenhum significado a eles, e isso pode ser uma das causas que fazem com que aconteça a evasão escolar e o desinteresse pelo aprendizado.

A sociedade, especialmente a massa que a compõe, está desacreditada com a Educação, pois, pelo menos um jovem abandonou os estudos simplesmente por não gostar de estudar ou por não ver a Educação como algo atrativo e interessante. Alguns alunos relatam a seguinte frase: “*Eu nunca vou usar esse conteúdo na minha vida*”. Evidenciando a inutilidade do conhecimento sistematizado e transmitido pela escola.

Qual é o papel da escola nesse cenário?

As escolas, como o documentário evidencia, têm se mostrado ausentes do seu papel transformador e humanizador, conseqüentemente, o reduto escolar tem sido um instrumento de manutenção da desigualdade social.

Ao acolher as crianças e os jovens, a escola tem por missão impulsionar esses educandos ao seu mais elevado nível, de acordo com seus desejos a fim de proporcioná-los condição de ter aquilo que almejaram.

O aluno advindo da classe baixa deve ter o direito de chegar à universidade, de fazer pesquisas, de ser um cidadão crítico para a quebra de desigualdade social assim como um aluno da classe média ou alta.

Uma das tarefas do educador ou educadora progressista, através da análise política, séria e concreta, é desvelar as possibilidades, não importa os obstáculos, para a esperança, sem a qual pouco podemos fazer porque dificilmente lutamos e, quando lutamos, enquanto desesperançados ou desesperados, a nossa é uma luta suicida, é um corpo-a-corpo puramente vingativo. (FREIRE, 2009, p. 11).

Considerações finais

Dentro da sociedade capitalista em que vivemos, temos como um dos maiores instrumentos de manutenção das desigualdades sociais impostas pelo próprio capitalismo, a Escola. A Escola, ao privilegiar um tipo de linguagem e cultura, se torna excludente. Quando uma minoria não se identifica com o ambiente escolar e não se sente parte do processo educacional, ela possivelmente será levada ao fracasso, visto que no futuro, não conseguirão alcançar os níveis superiores de ensino e o mercado de trabalho com cargos de alto escalão, tornando-se então objeto para alimentar o capitalismo, com sua mão de obra barata que é o que o mercado de trabalho poderá oferecer com seu baixo nível de estudo.

Ao fornecer conhecimentos e diplomas a uma minoria e recusá-los a maioria, ao favorecer uma única forma de cultura, que é a dos privilegiados, em detrimento daquela do meio popular, ao convencer cada um da justiça do processo de seleção, a escola torna normal e inevitável a separação da sociedade entre a minoria que pensa, comanda, administra, controla e a maioria que executa, obedece, se submete. (HARPER et al., 1985)

É necessário que o aluno tenha uma base educacional de qualidade para que consiga alcançar os níveis mais altos em sua carreira escolar, porém há um grande

equivoco ao relacionar qualidade da educação com carga horária cumprida ou quantidade de conteúdos aplicados. Na verdade, existem outros fatores atrelados a essas horas e conteúdo. É necessária a completa dedicação e vocação do professor para que a educação tenha seu êxito, porém não depende dele somente. Existe a necessidade de todos da comunidade escolar em conjunto (Governo, Direção, Coordenação e Professores) se dedicarem ao máximo para que essa qualidade seja efetivada. É necessário investir em metodologias compatíveis e atrativas à realidade dos alunos, estrutura física da escola adequada e sem salas de aulas super lotadas, pois o professor acaba sendo responsável por outros fatores que o atrapalham a realizar seu trabalho como a questão de mau comportamento dos alunos.

A Educação básica deveria fazer com que todo o aluno, independente de classe socioeconômica, se interessasse cada vez mais por estudar, e se tornasse questionador sobre sua realidade e o mundo. Consequentemente, se assim fosse, buscaria ampliar o leque de conhecimentos, se poderia sonhar, concretizar e optar sobre o curso que realizaria. Logo, os estudantes, sairiam da zona dos conhecimentos rasos dos cursos técnicos ofertados e ingressariam no mercado de trabalho com a qualificação adequada.

Cabe ao poder público estabelecer um diálogo verdadeiro com o professor, buscando soluções a partir do amplo entendimento sobre a escola pública. Desta forma, seria possível a promoção de políticas públicas educacionais que fossem cúmplices da produção de um conhecimento libertador, reflexivo, crítico, político e transformador, o que somente se conseguirá a partir da melhor qualidade da prática de ensino-aprendizagem, em todos os níveis do sistema público de ensino básico. À sociedade cabe engajar-se, assumir sua responsabilidade e exigir o seu espaço de participação na educação pública, pois sabe-se que essa é a principal forma de controle das atividades pedagógicas e da aplicação de recursos educacionais dentro de cada necessidade e realidade. (MARQUES, 2007, p. 19)

O artigo apresentado proporcionou uma imersão histórica sobre a Educação Básica a Universidade, e quais os papéis ambas desempenham, evidencia a quem

pertencia e pertence esses espaços. A relevância dessa pauta é primordial para que, seja esclarecido que existe uma estrutura coesa, que mantém a desigualdade social, e o lugar onde pode ser efetuado a quebra desse cenário, é na escola. Novas pesquisas se fazem necessárias para aprofundar-se o tema.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora**: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: P. Bourdieu, Escritos de Educação, Petrópolis, Vozes, 1998.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 01out. 2019.

CARMO, Erinaldo Ferreira. CHAGAS, José Aercio Silva. ROCHA, Enivaldo Carvalho. FILHO Dalson Britto Figueiredo. **Discutindo as políticas públicas de acesso ao ensino superior**. Revista Educação, Guarulhos, 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/10/discutindo-pol%C3%ADticas-p%C3%ABlicas.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

FRANCO, Maria Aparecida Ciavatta. Acesso à Universidade – uma questão política e um problema metodológico. **Educação e Seleção**, n. 12, 1985. p. 9-26. Disponível em: <http://fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/es/artigos/105.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 16 ed. 2009.

HARPER, Babette; CECCON, Claudius; OLIVEIRA, Miguel Darcy de; OLIVEIRA, Rosiska Darcy de; FREIRE, Paulo (Orgs.). **Cuidado Escola**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira. TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. 4. Ed., São Paulo: Cortez, 2007.

MARQUES, Elias P; PELICIONI, Maria C F e PEREIRA, Isabel M T B. Educação Pública: falta de prioridade do poder público ou desinteresse da sociedade?. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.** [online]. 2007, vol.17, n.3, pp. 8-20. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v17n3/02.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira apud CUNHA, Francisco Alves La. **Ensino superior no Brasil:** da descoberta aos dias atuais, São Paulo: 2002 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001&lng=pt&tlng=pt> Acesso em 05 Jun. 2019.

OLIVEN, Arabela C. **Ações Afirmativas nas Universidades Brasileiras:** uma Questão Política, um Desafio Pedagógico. In: FRANCO, M.E.D.P. e KRAHE E. D.(orgs.) *Pedagogia Universitária e Áreas de Conhecimento*. Porto Alegre: EdUPUCRS, vol.1, 2007.

RHODEN, Cacau apud; RENNER, Estela; NISTI, MARCOS; ROMEU, Renata. **Nunca me sonharam.** Maria Farinha Filmes. 2017 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=foQ5z-E4W9k>. Acesso em: 21 maio 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade:** Uma Introdução às Teorias de Currículo. 3ª Edição. Editora Autêntica. 2007.